



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

JOSÉ RIVALDO MACHADO LEITE

IDENTIDADE E DIFERENÇA: CONFLITOS
HOMOFÓBICOS NO AMBIENTE ESCOLAR

ITABAIANA - PB

2014

JOSÉ RIVALDO MACHADO LEITE

**IDENTIDADE E DIFERENÇA: CONFLITOS
HOMOFÓBICOS NO AMBIENTE ESCOLAR**

Monografia apresentada ao curso de especialização Fundamentos da Educação Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, e Secretaria de Estado de Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^a. Ms. Marianne Sousa Barbosa.

ITABAIANA

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L533i Leite, José Rivaldo Machado
Identidade e Diferença: movimento homofóbico no ambiente
escolar [manuscrito] : / José Rivaldo Machado Leite. - 2014.
41 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.
"Orientação: Marianne Souza Barbosa, Departamento de
CCHA".

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Identidades
multiculturais. 4. Homofobia. I. Título.

21. ed. CDD 372.372

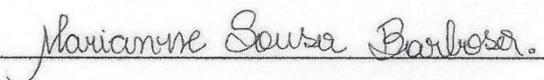
JOSÉ RIVALDO MACHADO LEITE

**IDENTIDADE E DIFERENÇA: O MOVIMENTO HOMOFÓBICO NO
AMBIENTE ESCOLAR**

Monografia apresentada ao curso de especialização Fundamentos da Educação Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, e Secretaria de Estado de Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^a. Ms. Marianne Sousa Barbosa.

Aprovado: em 06/12/2014.



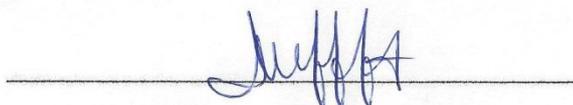
Prof^a. Ms. Marianne Sousa Barbosa.

Orientadora



Prof^a. Ms. Francisca Luseni Machado Marques

UEPB/DFCS – Examinador



Prof^a. Dr^a Morgana Lígia de Farias Freire

UEPB/CCT – Examinadora

DEDICATÓRIA

À Deus por dar mais luz a minha vida com a realização deste trabalho.

Aos meus pais Sebastião da Costa Leite e Carmélia Tavares Machado Leite (*in memoriam*), e a minha irmã Rosélia Machado Leite Costa (*in memoriam*), pelos exemplos de luta, coragem e honestidade com que enfrentaram as adversidades desta vida.

À coordenação do curso de Especialização, por seu empenho e atenção nos momentos de solicitação.

Aos professores José do Egito, Francisca Luseni e Izandra Falcão, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação, cuidado e atenção.

A professora, orientadora Marianne Barbosa por toda força, incentivo, paciência e estímulo cativante à aprendizagem.

À minha filha Rávilla Raianni que Deus nos enviou como dádiva divina.

À meu irmão Rinaldo pela leveza com que encara a vida.

À meu amigo/irmão Robson como forma de gratidão e fonte em que procuro abeberar-me sempre mais.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo desse tempo, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos alunos, professores, funcionários e direção da “Escola Teonas” que se mostraram bastante receptíveis e que muito colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade, apoio e compreensão.

“Época triste a nossa, em que é mais difícil quebrar um preconceito do que um átomo”.

Alberto Einstein.

RESUMO

O sexismo e a homofobia são as expressões mais patentes do preconceito e da discriminação nos debates públicos e nas lutas sociais e políticas desde meados do século XX. Desta forma, pois, considerando tais manifestações, o estudo e a compreensão do preconceito e da discriminação têm se estruturado, tanto no esfera acadêmica, quanto nos âmbitos social e político. Dentre tais expressões discriminatórias, a homofobia é aquela menos discutida e a mais controversa. Fazendo uma nova leitura das relações sociais de poder a partir da sexualidade e das identidades multiculturais o presente trabalho tem como objetivo discutir a homofobia e como essa forma de discriminação vem se configurando no ambiente escolar. Assim, serão realizadas pesquisa/observação e revisão de literatura, buscando compreender esse problema na perspectiva dos diversos atores dessa instituição, a fim de problematizar essa relevante temática no ambiente escolar. Nesse processo o foco a ser estudado consiste na omissão de práticas educativas de combate a homofobia e, como no ambiente escolar retrata as imagens de reprodução das identidades e diferenças.

PALAVRAS-CHAVES: Relações sociais de poder, Sexualidade, Identidades multiculturais, Homofobia, Ambiente escolar.

ABSTRACT

Sexism and homophobia are the most obvious expressions of prejudice and discrimination in public debates and in social and political struggles since the mid-twentieth century. Thus, for considering such demonstrations, the study and understanding of prejudice and discrimination have been structured, both in the academic sphere, as in the social and political realms. Among such discriminatory expressions that homophobia is the least discussed and most controversial. Making a new reading of the social relations of power from sexuality and multicultural identities of the present work aims at discussing homophobia and how this form of discrimination has emerged in the school environment. Thus, research / observation and literature review will be undertaken, seeking to understand this issue from the perspective of various stakeholders of this institution, to discuss this important subject in the school environment. In this process the focus to be studied is the omission of educational practices to combat homophobia and how the school environment portrays the images of reproduction of identities and differences.

KEYWORDS: social relations of power, sexuality, multicultural identities, homophobia, school environment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 EM QUESTÃO: A IDENTIDADE E A DIFERENÇA	14
3 REPENSANDO A IDENTIDADE E A DIFERENÇA: UMA PROPOSTA MULTICULTURAL PARA O AMBIENTE ESCOLAR	24
4 ANÁLISE DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6 REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Vivemos uma era de incertezas e paradoxos, onde as peculiaridades das relações humanas são vivenciadas a partir do outro, ou seja, de nova forma do olhar, onde as diferenças incomodam uns, e as identidades convergem para a formação do todo.

Assim, assistimos a proliferação de grupos que se identificam e dialogam entre si numa perspectiva de manterem-se em evidência nos espaços criados conforme suas identidades, sendo a escola espaço ideal, de encontro, discussão e aceitação e/ou negação.

Porém, nota-se que não existe uma consciência formada e que nesse processo o foco a ser estudado consiste na omissão de práticas educativas de combate a homofobia e, como no ambiente escolar retrata as imagens de reprodução das identidades e diferenças.

Despertando-nos a partir dessas imagens para uma leitura crítica da realidade, mergulhada por uma série de fatores de ordem política, econômica, social e cultural é que se envolve a Escola Teonas, em Juripiranga - PB.

Assim, nessa vivência a sociedade pós-moderna vai reproduzindo suas mazelas, através de instrumentos de poder oculto ou invisível, ou também silencioso, impedindo, portanto, que novas culturas ocupem espaços antes pré-estabelecidos e reservados a determinados grupos.

Trata-se, portanto, de uma estratégia de poder bem trabalhada, pois, tenta retirar de orbita quem não esteja enquadrado dentro daquele padrão imposto pela indústria cultural adjacente que atua de forma inteligente sobre aqueles que encontram-se em estágio de vulnerabilidade.

Para tanto, surgem alguns questionamentos como: que atitude educativa foi tomada pela escola para implementar estudos no campo multicultural? Como os alunos tratam as questões da diferença no contexto multicultural? Que práticas políticas pedagógicas estão sendo trabalhadas no que diz respeito ao

combate da homofobia no ambiente escolar? Como os professores encaram o desafio dos estudos multicultural?

Assim, nossa proposta, na presente pesquisa, visa analisar algumas marcas que incomodam os alicerces da escola pós-moderna. Essas marcas são observáveis através dos dispositivos preconceituosos desenvolvidos e distribuídos no dia a dia e porque não dizer nas entranhas de nossos sistemas escolares, resultantes das diferenças socioculturais.

O fruto do presente estudo baseia-se no seguinte fato: tudo aconteceu quando em uma apresentação na *Semana Cultural*, no ambiente de nossa escola, alunos regularmente matriculados na série inicial do ensino médio noturno, foram ridicularizados na ocasião da exposição dos seus trabalhos por apresentarem comportamento homossexual, sem que, portanto, a direção e os professores presentes tomassem uma posição na intenção de solucionar o predito problema.

Queira ou não, a escola é um espaço múltiplo, onde tudo acontece, e, muitas vezes é justamente nesse ambiente que se efetivam as práticas políticas e as relações de poder, de dominação, como também conservação da mesmice.

Partindo-se do predito problema, pergunta-se: O que leva parte dos alunos a tomarem posição de rejeição e/ou reprovação com relação as diferenças sexuais?

Uma questão fundamental que deve ser trabalhada no cotidiano da escola é o combate a homofobia, pois, analisando a escola sob um novo olhar, vamos perceber que esta é palco de manifestações de preconceitos, discriminações de diversos tipos. Contudo, a escola tende a não reconhecer tais conflitos, reforçando, dessa forma, o preconceito.

Logo, pensando numa perspectiva mais crítica do multiculturalismo, a escola deveria desafiar o preconceito através de práticas pedagógicas mais comprometidas com a pluralidade de culturas existente no seu ambiente. Assim, trabalhar a identidade sexual é emblemático da luta das identidades

multiculturais, visto que muitas vezes o preconceito sexual é reforçado no ambiente da escola. Para tanto, muitos autores destacam a importância do planejamento pedagógico, visto que esta é uma questão política porque implica na possibilidade de mudança e de transformação no sistema de educação.

De modo geral, tal como se pode perceber na sociedade, a homofobia está presente em diferentes grupos, variando as idades, profissionais e locais. Desta forma, no ambiente escolar, essa realidade é vista perpassando por diversos atores sociais, desde funcionários (professores e direção) e pais, chegando até os alunos.

Pensando assim, a escola deve se preocupar também em combater o preconceito abrindo o debate sobre a complexidade da diversidade cultural, mostrando que ser diverso não é um problema e afirmar positivamente uma identidade sexual, tampouco. Logo, acreditamos ser necessário mostrar aos alunos que ser diverso e portador de uma identidade sexual são aspectos constituintes da nossa formação humana, social e histórica.

Desta forma, a escola tem como missão instruir, tanto os alunos como o corpo docente e seus funcionários, para enfrentar e desafiar os preconceitos, sejam eles relacionados à raça, etnia, religião, opção sexual ou outras marcas de identidade.

Nessa perspectiva, a questão da sexualidade é muito complicada, a escola não está preparada para lidar com o tema, e os alunos não estão preparados para não serem preconceituosos. Por sua vez é preciso colocar em cheque também a formação que é (ou foi) oferecida aos professores.

Outra questão é que grande parte dos professores de nível fundamental e médio não possuem formação sexual, logo não possuem o menor conhecimento do tema “homossexualidade”, motivo pelo qual, ser muito forte, entre eles, o sentimento machista que fortalece uma série de preconceitos, inclusive e principalmente a prática homofóbica.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as relações de poder e de respeito no ambiente escolar. Além deste, apresentamos como objetivos específicos a discussão sobre a alteridade e as diferenças étnicas culturais; Compreensão acerca das singularidades no ambiente da escola e no mundo pós-moderno; Reflexão sobre o trabalho pedagógico e suas conexões; além de estudar uma ação política pedagógica possível e desenvolvê-la no sentido de desafiar preconceitos.

Assim, tudo fica evidente quando da realização de reuniões e/ou encontros pedagógicos e durante o intervalo na sala dos professores, quando o assunto homossexualidade é tratado, a grande maioria apresenta comportamento de desprezo, brincadeira, piadas, risos e chacotas, logo, não acreditamos estarem preparados para lidar com um assunto tão complexo, que necessita pesquisa qualificada para ser trabalhado e discutido em sala de aula, para que assim possam fluir opiniões diferentes e diversificadas posturas de atitudes.

A Escola é um espaço de mediação de discursos, onde os significados e as práticas culturais da sociedade se articulam nos processos de interações entre as diferentes subjetividades para a formação das relações sociais, políticas, culturais e discursivas entre os indivíduos. Nessa perspectiva, a discriminação sexual no âmbito da escola encontra-se no centro de todas as discussões e transformações que o homem busca como meio indispensável para viver bem em sociedade.

Para facilitar o entendimento deste projeto de pesquisa, num primeiro momento procuraremos relacionar prováveis causas e consequências que leva parte dos alunos tomarem posição de rejeição com relação às diferenças sexuais no ambiente escolar.

No caso de nosso estudo trabalharemos com oficinas, entrevistas, questionários e com documentos, na sua forma peculiar como testemunho escrito. Numa perspectiva que consiste em tirar deste, tudo o que eles contêm, sem se preocupar em lhes acrescentar nada do que eles não contêm, pois se trata da indispensabilidade deste recurso.

Também, a pesquisa documental e teórica, terá como base de estudo e fundamentação as referências, a LDB, o PPP, o Regimento Interno, os livros didáticos de história, as informações fornecidas pela direção da escola, e outros documentos necessários para o conhecimento da realidade.

Assim, metodologicamente o estudo que se pretende realizar incorporará o método da pesquisa descritiva, como também, etnográfica, primeiro por ter como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento das relações variáveis, e segundo, porque é um estudo sobre a realidade, contrastando e reconhecendo similaridades entre diversas teorias no campo da educação.

O fato da predita escolha por estas modalidades de pesquisa, consiste primeiramente ser inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. Segundo, por acreditarmos que a mesma pode construir, melhor que qualquer outro tipo de pesquisa, um retrato rico e detalhado da vida humana, um quadro que é interessante e potencialmente repleto de incorporações. E no tocante ao problema abordado, imprescindível.

CAPÍTULO I

EM QUESTÃO: A IDENTIDADE E A DIFERENÇA

Em geral, o chamado “multiculturalismo” apoia-se em um vago e benevolente apelo a tolerância e ao respeito com a diversidade e a diferença. É particularmente problemática, nessa perspectiva, a ideia de diversidade.

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tão pouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental (SILVA, 2013, p. 96).

Stuart Hall em seu livro “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade” defende a ideia central de que: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2011, p. 07). Assim, o autor delimita a chamada “crise de identidade” como parte integrante de um processo mais amplo de mudanças que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas.

Nessa perspectiva, este problema de dês/conhecimento sobre a homossexualidade em nosso processo histórico remete-se às investidas do poder que se encontra encravado (entre os indivíduos) em nossa sociedade, e que foi originalmente investigado por Foucault. Portanto, como bem colocado por (LOURO, 2003, p. 38), “deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações”.

Assim, a partir do estudo de Foucault, podemos ser levados a identificar o poder usado pelos “normais” como imposição sobre os “diferentes”. No entanto, ao identificar as táticas do poder, podemos sempre nos rebelar contra o mesmo, denunciando seus agenciamentos e suas manobras, por que aonde há poder, há resistência. E nessa relação poder/resistência, tudo o que está em disputa pode ser negociado, refletido, aceito ou parodiado.

O poder, na visão foucaultiana, não atua sozinho quando de suas investidas. O poder mantém uma estreita relação com as noções de saber, logo, a palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico.

Assim, todo educador, ao fazer uma análise dos saberes e poderes, quando da manifestação de preconceitos das pessoas “normais” com as pessoas “diferentes”, poderiam empreender uma análise do poder, que significa o desmascaramento em seu exercício, quando das piadas e estereótipos externados nas instituições escolares.

Nesta via de entendimento (Maia, 1995, pp.83-103) se posiciona afirmando que:

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar, só podemos falar de estruturas ou mecanismos de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras [...]. Há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo, não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta... Sem a possibilidade de resistência o poder seria equivalente à determinação física.

Resistir às investidas do poder, eis um dos maiores ensinamentos de Foucault. Assim, devemos sempre denunciar os efeitos do poder, mostrando sua positividade quando da instituição de identidades, de normas, etc. O poder na sua positividade é tudo aquilo que produz uniformidades, que narra o “outro” como o anormal, o exótico, conseguindo em alguns casos, salvo as resistências, que esse outro se encaixe, isto é, se adestre nas perspectivas do “eu”, ou seja, o normal. É bom esclarecer que o poder pode ser visto também, como algo que permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, e também produz discurso que por sua vez, diga-se de passagem, muito competente.

Outrossim, sabemos que a Constituição Brasileira de 1988, denominada de Constituição “Cidadã” facilitou o trabalho contra o preconceito ao decretar que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, ou seja, não

há discriminação (sexo, origem social, cor/raça, escolha religiosa, filosófica ou política). Portanto, os diferentes grupos culturais se tornariam iguais por sua comum humanidade. É em nome dessa humanidade comum que o multiculturalismo “humanista” ou “liberal” apela para o respeito, a tolerância e a convivência pacífica entre as diferentes culturas. Já a perspectiva mais crítica, mostra que as relações de poder estão na base da produção das diferenças, que estão sendo constantemente reproduzidas através dessas relações.

Conforme afirma (BAUMAN, 2005, p. 33) que no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam.

Contudo, observamos que em torno da predita discussão questões relacionadas à diversidade têm ocupado cada vez mais as pautas de nossos projetos políticos-pedagógicos e de nossas teorias, insistindo-se muito na celebração da diversidade do outro, principalmente, ao que se refere à sua identidade (cultural).

Portanto, à análise de Tomaz Tadeu da Silva em seu trabalho “Identidade e diferença” nos afirma, que sim, essas pedagogias naturalizam esses conceitos e tomam uma posição liberal: celebrar a diversidade do outro.

No entanto, não satisfeito com esta imposição de celebração o autor clama uma teoria da identidade e da diferença que busque problematizar esses dois conceitos importante ao invés de celebrá-los.

Para ele, o apriorismo desses conceitos encerra-os em uma questão pedagógico-liberal de respeito e tolerância com diversidade e diferença, quando, na verdade, esses próprios conceitos têm implicações políticas importantes. Esse, portanto, é o entendimento que o autor diz ser necessário, o de compreender a identidade e a diferença como resultados de produção social e relações de poder.

A “identidade e a diferença”, nos escreve Silva (2013, p. 96), “não são entidades preexistentes, que estão aí a partir de algum momento fundador, elas

são elementos passivos de cultura, mas têm que ser criadas e recriadas”, além disso, elas “tem a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa apropriação”. É nesse sentido que para o autor, esses conceitos precisam deixar de serem levados à luz do sentimento nobre da tolerância.

Assim, de modo geral a crítica de Tomaz Tadeu da Silva nos aponta que a identidade e a diferença não são enxergadas, em práticas pedagógicas do multiculturalismo, como produções sociais e como partes de relações de poder.

Logo, para o autor, as pedagogias atuais que celebram a diversidade criam novas categorias benevolentes (dominador tolerante *versus* dominado tolerado), acusa o preconceito somente como uma questão psicológica ou retificam o outro como curioso e exótico.

De modo geral, para Silva (2013, p. 99) é necessária uma estratégia pedagógica e curricular realizada no âmbito das recentes teorias culturais, sobretudo, do pós-estruturalismo, onde “identidade e diferença” são entendidas como questão de políticas, produzidas socialmente.

Argumenta ainda, Silva que “a marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade” (2013, p. 40). Lembra também que “a diferença é marcada por representações simbólicas que atribuem significado às relações sociais, mas a exploração da diferença não nos diz por que as pessoas investem nas posições que elas investem nem por que existe esse investimento pessoal na identidade” (2013, p. 55).

Em “O poder simbólico”, Pierre Bourdieu (2011, p.150) afirma que:

“a força simbólica das partes envolvidas nesta luta nunca é completamente independente da sua posição no jogo, mesmo que o poder propriamente simbólico da nomeação constitua uma força relativamente autônoma perante as outras formas de força social”.

Nessa perspectiva, para Bourdieu “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (2011, p. 159).

Foucault acrescenta, em “Vigiar e Punir” (2010, p.164):

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se ficar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildades e modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado.

Assim, o processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível.

Em a “Produção social da identidade e da diferença”, Tomaz Tadeu da Silva enfatiza a importância do processo de produção discursiva e social da diferença. Lembrando que as questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se, nos últimos tempos, temas centrais na teoria educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais, causando estranheza ao autor a ausência, nessas discussões, de uma teoria da identidade e da diferença.

Para Silva, identidade e diferença são inseparáveis, mutuamente determinadas, independentes, e partilham uma importante característica: são o resultado de atos de criação linguística e, para isso, estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem. E, se “a linguagem vacila”, a “identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade” (2013, p.80).

Haja vista a hipótese, como ato linguístico, a identidade e a diferença são sujeitos a certas, propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Nessa perspectiva, em sua obra “Linguagem, escrita e poder”, Maurizio Gnerre, afirma que:

A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo, mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade linguística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, tem a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial (2009, p. 23).

Portanto, a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição, discursiva e linguística, está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas e nessa relação de poder não podemos esquecer que “o silêncio na fala, ele significa”, conforme nos aponta em “As formas do silêncio”, obra de Eni Puccinelli Orlandi (2007, p.42).

Na mesma obra a autora mostra o silêncio, também como exercício de poder, ou seja:

O silêncio, na constituição do sujeito, rompe com a absolutização narcísica do eu que, esta, seria a asfixia do sujeito, já que o apagamento é necessário para sua constituição: o silenciamento é parte da experiência da identidade, pois é parte constitutiva do processo de identificação, é o que lhe dá espaço diferencial, condição de movimento (2007, p. 49).

Ainda,

A identidade, por seu lado, sempre em movimento, encontra suas formas de manifestação não importa em que situação particular de opressão (2007, p.118).

As confluências dos enfoques apresentados permitem notar que é na linguagem que se faz presente o mecanismo que constitui a maioria de nossas práticas e atitudes, assim, ela é um eficiente veículo de comunicação. Guacira Lopes Louro (2003, p.65).

A linguagem é seguramente, o campo mais eficaz e persistente, tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito “natural”.

Stuart Hall conhecido teórico dos estudos culturais em sua obra “Identidade cultural na pós-modernidade”, vem utilizar a teoria social e cultural contemporânea para pensar a condição da sociedade e da cultura na atualidade. E assim coloca:

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constitutivas de um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (2011, p. 62).

Para tanto o autor estabelece o argumento central de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocada ou fragmentadas pelo processo de globalização, seu propósito é explorar essa afirmação, ver no que ela implica, qualificá-la e discutir quais podem ser suas prováveis consequências. Estabelece a problemática a partir da ideia de deslocamento, descentralização e fragmentação, a partir da segunda metade do século XX, em contraponto a um sujeito fixo e centrado da modernidade:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios que temos de nós como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento – descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2011, p. 09).

Todavia, observamos, em seu estudo, que o autor não problematiza filosoficamente os conceitos de diferença e identidade. Para Hall a diferença é apenas uma pluralidade de identidades. Assim, a diferença é a identidade no plural: identidade(s).

Já em sua obra “Quem precisa de Identidade?”, Hall (apud Silva) considera que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela (2013, p. 110). Considerando, pois, as identidades como “ponto de apego temporário às

posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (2013, p. 112).

Por fim argumenta que:

A questão e a teorização da identidade é um tema de considerável importância política, que só poderá avançar quando tanto a necessidade quanto a ‘impossibilidade’ da identidade, bem como a saturação do psíquico e do discurso em sua constituição, forem plenos e inequivocamente reconhecidos. (2013, p. 130).

Vê-se, portanto, que Hall trata as questões da identidade e da diferença de um ponto de vista novo, oxigenando o pensamento sobre o tema com diferentes ideias da teoria social e cultural contemporânea.

Apesar de convergir e constatar a fragmentação do sujeito contemporâneo, Zygmunt Bauman apresenta uma abordagem distinta e complementar à de Hall. No livro “Identidades”, ele traz como eixo fundamental da sua produção a tese de que pela falência do Estado e das instituições referências ao sujeito, pelo processo de globalização, pelo neoliberalismo e a consequente liberdade/insegurança do “mundo líquido”, os sujeitos encontram-se a deriva: desamparados, livres a novas escolhas e roupagens num mundo em constante transformação. Razões pelas quais a questão da identidade se coloca como uma questão aberta, sem podermos buscar nos pais e escritores da sociologia moderna as respostas ou modelos ou códigos ao enfrentamento desse tema.

É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos à grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter juntos por um momento, mas não há muito tempo. (BAUMAN, 2005, p.32).

É sob essa perspectiva que ele aborda a questão da identidade. Associa a identidade à ideia de pertencimento e, na medida em que a “metaidentidade”, ou seja, a “identidade nacional” construída e criada na modernidade fracassa juntamente com a soberania do Estado, os sujeitos passam a usufruir e vivenciar a “ambivalência da modernidade” num mundo líquido.

A ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia. (BAUMAN, 2005, p. 26).

Afirma ainda,

A ideia de “identidade”, e principalmente de “identidade nacional”, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como “fato de vida” auto-evidente. Essa ideia foi forjada a entrar na Lebenswelt de homens e mulheres modernos – e chegou como uma ficção. (BAUMAN, 2005, p.26).

Sob esse prisma e com o enfraquecimento e transformação do papel do Estado hoje a “fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas”. Então o sujeito se apresenta fragmentado, inseguro e “desnortado” e num estado de não pertencimento ou possibilidades de pertencimento a infinitas identidades.

Não por acaso, conforme aquilata Guacira Lopes Louro:

Homens e mulheres não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (2003, p.41).

Desse modo, num mundo fluído e de mobilidade líquida, é quase impossível pensarmos a produção de conhecimento de forma definitiva, estática. Uma vez, essa produção assumiu, dentre outras, a característica de flexibilidade de fronteiras disciplinares e metodológica. Assim, para Marcio Caetano (2013, P.36),

o modo de compreender a diferença evoluiu no sentido de pensá-la junto com o seu duplo, seu contrário, seu avesso, ou seja, ela é sempre relacional e dificilmente bipolarizada.

Acreditamos, portanto, que esse modo de compreensão aguça a sensibilidade humana e sua condição de experimentar, de se (auto) inventar. Com

essas perspectivas, elegemos esses estudos por considerarmos que, ao mesmo tempo em que abordam questões do âmbito da cultura global, adquirem os contornos e as matizes das configurações locais, reconstruindo-se, constantemente, nos seus questionamentos e problematizações.

Portanto, o predito estudo não será de agrado de pesquisadores tradicionais, uma vez que este representa o resultado de nossas escolhas, de nossos interesses, de tudo aquilo que incomoda-nos e de nossas defesas por tudo aquilo que acreditamos.

CAPÍTULO II

REPENSANDO A IDENTIDADE E A DIFERENÇA: UMA PROPOSTA MULTICULTURAL PARA O AMBIENTE ESCOLAR

Sentir-se, desconfortavelmente, desigual pode ser evidência de que o tratamento que se recebe é também desigual ao daquele que recebem as demais pessoas com quem se convive nos ambientes sociais; é sinal de que há algo que exclui o sujeito dos demais no seu entorno, e essa exclusão pode ser atribuída a características pessoais que catalisam, provocam, justificam um tratamento discricionário. Essas mesmas considerações sobre “sentir-se desigual” aplicam-se a grupos, a coletivos de sujeitos aos quais se atribuem categorias e classificações que os inferiorizam por sua forma de ser. (RANGEL, 2013, p.16/17).

Normalmente consideram-se os direitos humanos como aqueles naturalmente emergentes do próprio ser de seus titulares. Para uns é o direito que se cristaliza a partir do nascimento do homem, para outros é o corolário da própria dignidade intrínseca do homem. Ainda, terceiros acreditam que tais direitos existem e, devem, ser respeitados em virtude de o homem ter sido criado à imagem e semelhança de Deus.

Portanto, quando o povo, através de seus representantes, elabora as leis para si, precisa pensar que somente é um povo que tem uma rica cultura quando reconhece, na sua legislação, o outro como si mesmo; quando deixa o seu oposto ser livre, tal como este oposto quer que o seu contrário também esteja liberto dos seus preconceitos. Tem-se um povo livre, em que todos os indivíduos, com suas particularidades essenciais, possam ser conhecidos e reconhecidos como sujeitos de uma relação ética intersubjetiva. Ou seja, o reconhecimento através do direito, uma vez, se relaciona com o social.

Nessa perspectiva rezam as constituições – e a brasileira estabelece no art. 5º., *caput* – que todos são iguais perante a lei. Entende-se, em concorde unanimidade, que o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante de uma norma legal posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia.

Compactuando deste entendimento vale ressaltar a opinião do magistral mestre do direito Celso Antônio Bandeira de Melo (2013, p.10), quando afirma que:

“A Lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos”.

Observando o enunciado, conclui-se que, o que se põe em pauta, nuclearmente, portanto, são sempre as pessoas, fatos ou situações, pois só neles podem residir diferenças. Uma destas diferenças é a reiteração maior ou menor. É a sucessão mais dilatada ou menos dilatada; é, em suma, a variação da persistência. Esta variação demarca-se por um período, por uma data, mas o que está sendo objeto de demarcação, não é, obviamente, nem o período em abstrato nem a data em abstrato, mas os próprios fatos ou situações contemplados e demarcados.

Quando o constituinte consagrou no *caput* do art. 5º., que todos são iguais perante a lei, estabeleceu-se uma relação de igualdade como bem explicado pelo respeitável professor de Direito Constitucional Francisco de Bruno Neto (2003, p.11).

Vejamos:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Deve ser considerada como a lei (ser) igual para todos (homens e mulheres). Não há discriminação (sexo, origem social, cor/raça, escolha religiosa, filosófica ou política).

Portanto, procede concluir: a lei não pode tomar tempo ou data como fator de discriminação entre pessoas a fim de lhes dar tratamentos díspares, sem com isto pelejar à arca partida com o princípio da igualdade. Como consagra o art. 5º., *caput* da nossa Carta Magna. O que pode tomar como elemento discriminador é o fato, o acontecimento, transcorrido em certo tempo por ele delimitado.

Assim, já que a orientação sexual de um indivíduo não é passível de mudança, a escola precisa trabalhar com seus alunos que não se deve discriminar um colega por apresentar características sexuais, religiosas, políticas, sociais, etc. “diferentes” do convencional.

Sabe-se, porém, que a sociedade brasileira se move por alguns princípios elencados na Constituição Federal de 1988. Por este fato, a escola, como está inserida neste contexto de sociedade, bem como é responsável pela educação, de alguma forma ou de outra, das pessoas, ela tem função de

trabalhar com a ideia de que, quando alguém é discriminado por sua orientação sexual, ele também está sendo discriminado por seu sexo.

A Constituição Cidadã de 1988, assim conhecida, em seu art, 3º, IV, veda qualquer tipo de discriminação, além da discriminação por sexo, que é o que interessa neste trabalho. Antes de mostrar como é vedada a discriminação por orientação sexual, é preciso verificar o que diz o artigo constitucional mencionado.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...]

IV- Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nessa perspectiva, conforme o estabelecido no art. 3º, IV, da respeitável Constituição, a discriminação por orientação sexual está incluída no rol da discriminação por sexo e, portanto, é vedada. Mesmo que a orientação sexual não estivesse incluída neste rol exposto pelo referido artigo constitucional, ainda seria possível vedar este tipo de discriminação, visto que resta a cláusula geral de inclusão prevista no mesmo instrumento jurídico, que proíbe quaisquer formas de discriminação.

Conforme o exposto, é possível concluir que quando um determinado aluno e/ou grupo está sendo discriminado por apresentar (em) características sexuais diferentes, também está (ao) sofrendo discriminação por seu sexo. Se essa ideia for discutida, exposta e trabalhada em sala de aula, estar-se-á promovendo o respeito para com a diversidade e, como consequência, afastar-se-á atitude homofóbica de outros grupos reconhecidos como “naturais”, podendo servir de solução para o conflito.

Se o predito grupo considerado e reconhecido como “normal” conseguir entender que esse tipo de discriminação é vedado pela Constituição e, principalmente, entender o motivo de tal proibição, tomando por consideração que a homoafetividade não é doença, nem pecado, nem opção, muito menos escolha, e sim, que ela é normal, constituindo-se em uma condição e orientação de um indivíduo, estará havendo a consolidação da relação intersubjetiva, bem como a construção de uma identidade social que possa acolher todas as pessoas e grupos sociais por suas diferenças. O reconhecimento dos sujeitos se dá no nível social. Diz-se de âmbito social e, portanto, de Direito, que é a segunda etapa do reconhecimento.

Através dessa explicação, percebe-se que, quando os sujeitos se reconhecerem como pessoas de direitos válidos, em que há o respeito por suas características e essência, também estarão reconhecendo a si mesmos e a um

grupo social. No momento em que há o reconhecimento intersubjetivo no âmbito jurídico, os sujeitos podem se considerar como pessoas de direitos.

2.1. Escola: lugar de sociabilidade e respeito as diversidades

O exposto anteriormente, embora, brevemente permite um entendimento que, transpostas para a sala de aula, com o intuito de solucionar o conflito homofóbico, proporcionam aos indivíduos envolvidos a tomada de consciência. Diz-se tomada de consciência, pois os “normais” começam a ver os “diferentes” como pessoas de direitos; alguém que, como ele, faz parte da comunidade escolar, que precisa ser respeitada.

Com isso, o respeito, a harmonia e o companheirismo começam a despontar na escola. Em consequência, começa a surgir à inclusão da diversidade nessa comunidade escolar. Pois, a sala de aula, bem como a escola, é um lugar de socialização e de muitas particularidades ao mesmo tempo. Com isso, quer-se afirmar que cada estudante tem as suas características, personalidades e o seu modo de ser; constituindo isso nas suas particularidades.

Sendo, portanto, a escola um lugar de muitas diversidades, ela é também um lugar de socialização, ela necessita acolher e aconchegar todas as diversidades. Para isso, necessita desenvolver trabalhos, eventos, que façam com que os alunos venham conhecer, bem como reconhecerem que à diversidade de orientação sexual estão presentes na escola, na sociedade e que todos os indivíduos precisam ser respeitados na sua essência singular.

Sendo assim, os sujeitos da relação ética procuram consolidar esta relação através do reconhecimento, pois se tornam uma unidade universal, ou seja, veem que possuem possibilidade de terem a sua identidade reconhecida pelo outro, assim, como conseguem colaborar para o surgimento e reconhecimento de uma identidade social.

Nesta perspectiva, pode se ter uma escola livre. Livre porque os alunos reconhecem cada um com sua essência e diferenças. Desta maneira, se os alunos conseguem compreender e souber o motivo que não se pode discriminar um indivíduo que tem orientação sexual diferenciada da maioria das pessoas, deram um passo importantíssimo para reconhecer e respeitar as diferenças, ou seja, ninguém pode maltratar o colega por aquilo que ele tem e/ou apresenta de diferente dos outros.

Assim, tornando eficaz o conhecimento e a importância da aplicabilidade da norma constitucional contrária ao preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação a escola está contribuindo para um relevante serviço social, pois ela pode conscientizar sua

comunidade escolar dizendo que é necessário haver mais respeito, mais igualdade, mais dignidade entre as pessoas, e que também é preciso entender que, no mundo, não há padrões de comportamento, de amor, de sentimento, porque a riqueza da humanidade está na humanização do outro, ou seja, do respeito à diferença, sendo assim, olhar o outro com outro olhar, um olhar humanizado.

Pensando assim e por acreditar que a prática educativa acontece num espaço onde estão inseridos sujeitos de várias etnias, contextos sócio-político-econômicos diferentes, religiões e classes distintas, faz-se necessário conhecer até que ponto a escola tem contribuído para a afirmação, aceitação ou recriminação sexual de uma pessoa. A construção da identidade e a maneira de pensar e agir no mundo que está inserida são também pontos fundamentais que perpassam pelo ambiente escolar.

Para a construção de uma nova sociedade, pautada na inclusão de todos os que contribuem com o seu trabalho, independente de classe social, gênero, raça, etnia e outros, é preciso criticar e desconstruir o modelo neoliberal vigente, que exclui grandes contingentes da população, e criar e reconstruir uma sociedade que esteja preocupada com a valorização, a divulgação e o respeito à diversidade cultural. Esta nova sociedade será uma sociedade multicultural, em que a diferença será assumida como instrumento enriquecedor de grande potencialidade.

Assim, argumentamos que a mudança deve começar na escola, que, ao assumir sua identidade institucional, tem a grande responsabilidade e o desafio de criar um projeto que permita a construção da identidade individual e coletiva dos sujeitos que ali estudam e trabalham. Portanto, argumentamos que através de estratégias multiculturais é possível verificar em que medida as nossas práticas visam, ou não, a construção das identidades dos sujeitos em tensão com suas identidades grupais (em termos de sexo, etnias e outros), no contexto da escola, propriamente dito.

O predito trabalho, embora de caráter superficial, concentrou-se na Escola Estadual Teonas da C. Cavalcanti, onde analisamos a identidade institucional dessa escola, inicialmente, de modo a verificar em que medida apresentou-se como sensível a práticas multiculturais, destacando, neste sentido, itens do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição em questão.

Pensando, assim, como a escola pode pensar num cotidiano alternativo, que valorize a pluralidade cultural e contribua para a cidadania multicultural. Trata-se, acima de tudo, de incentivar atitudes de valorização e respeito ao diferente, de modo a desafiar o ódio, a desumanização e a demonização do outro.

Sob essa perspectiva, foram analisados trechos do PPP da escola, no sentido de desafio ao preconceito sexual, a fim de detectar possíveis indícios da valorização das diversas culturas presentes no ambiente escolar. Ao estudar o documento, percebeu-se primeiramente que o PPP se preocupa com a valorização da gestão democrática e participativa, autônoma, comprometida, onde todos (alunos, pais, professores, funcionários, direção e equipe pedagógica) estão voltados para a busca de uma educação mais séria, verdadeira e real. (PPP 2013, p. 24).

Ainda, no mesmo instrumento político analisado identificamos o Programa de Relacionamento que trazia em seus objetivos o que a escola pretendia realizar:

A finalidade deste projeto é motivar os jovens a expressar seus sentimentos e valorizar ações e atitudes que enriqueçam os relacionamentos... Agressões por questão de cor, opção sexual, deficiência, decorrendo em BULING, fato esse, abominável para uma comunidade escolar que atrai cada vez mais adeptos. Mas na escola pública é possível resgatar e encontrar valores humanos que, bem encaminhados podem ajudar a criar e a disseminar o hábito de bendizer. Os educadores e estudantes devem desenvolver formas de relacionamento interpessoal, construtivas e minimizadoras das condições negativas dessas práticas. (PPP 2013, p. 22).

Contudo, o fato de não ser admitido qualquer tipo de discriminação mostrava um importante sinal de que o preconceito também não deveria ser aceito, além de não se excluir os menos favorecidos e/ou os diferentes. Ademais, trabalhar para a formação de cidadãos críticos e participativos e, ainda, levá-los a buscar seus ideais individuais e coletivos, eram sinais de que a predita escola visava ao desenvolvimento do ser humano respeitando suas individualidades e acreditando nas suas potencialidades.

Segundo informações contidas no PPP, a Escola Teonas acolhia alunos da comunidade escolar distribuídos em turmas do Ensino Médio, oriundos em sua maior parte da cede da cidade, da zona rural do município e de Ibiranga (Distrito de Itambé/PE). Além disso, esse documento afirmava que a maioria dos alunos era procedente de famílias de baixa renda e baixo nível de escolaridade. Mesmo assim, as famílias acreditam na escola como meio facilitador de um futuro mais próspero para seus filhos, uma forma de se tornar gente na vida.

Apesar de o PPP apresentar propostas interessantes, o mesmo é marcado por contradições, ou seja, a maior parte da proposta contida no respectivo instrumento está voltada para a prática pedagógica do Ensino Médio Inovador, desprestigiando, assim, as demais modalidades de ensino existente

no ambiente escolar, ou seja, Ensino Médio Tradicional (2º grau); Ensino de Jovens e Adultos (EJA); Ensino Técnico em Administração; e Pró Jovem.

Não bastasse, o mesmo documento no item Marco Operacional, subitem 13, Papel de cada ator social, na letra b - sobre a Equipe Pedagógica diz:

A função da Equipe Pedagógica deve ser confiada ao profissional qualificado portador de formação específica com experiência em sala de aula. Ele se apresenta como especialista em relações, resgatando a importância da relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem. É ele, com sua competência técnica, que deve conhecer e trabalhar os fenômenos do grupo, as tensões, os conflitos, os papéis, os modelos de interação que interferem na relação professor-aluno, em que o professor mediatize a relação aluno-conhecimento. É ele que se apresenta como sendo o responsável pela ponte escola-família-comunidade, cabendo a ele redefinir esta relação. (PPP 2013, p.25).

Diante dessa realidade, questionamos qual deve ser o papel do educador. Primeiro porque a escola trabalha com modalidades de ensino diferentes, ficando muito claro que o PPP foi pensado para possibilidade do Ensino Médio Inovador, sendo as demais modalidades de ensino desconsideradas pelo documento; segundo, na escola não existe equipe pedagógica, logo, não há trabalho de orientação, ou seja, cada professor elabora seu planejamento e planos de aula, sem nenhum acompanhamento por profissional competente, informações estas fornecidas pela diretora adjunta e alguns professores questionados.

Assim, observamos que o art. 64 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não está sendo cumprida, uma vez, existir a ausência do supervisor e do orientador educacional que juntamente com o Administrador Escolar, estas três são as áreas de maior incidência de profissionais da educação na escola brasileira.

Com relação ao Conselho escolar órgão com função inicial consultivo, depois com funções deliberativas, que apesar disso, a Constituição, pela sua natureza, não se pronuncia sobre os mesmos. Quem faz é a Lei de Diretrizes e bases de 1996, em seus artigos 14 e 15, em que se refere tanto à elaboração do Projeto Político-Pedagógico (art. 14, inciso I) quanto aos Conselhos Escolares (art. 14, inciso II), mas não institui normas específicas a respeito, atribuindo tal responsabilidade aos sistemas estaduais e municipais de ensino. Assim procedendo, negam ou diminuem em muito a autonomia da escola para instituir suas próprias normas de funcionamento democrático.

Ainda, sobre o Conselho Escolar, na predita escola, funciona precariamente, ou seja, segundo informações de alguns membros que relataram sob o mais rigoroso sigilo, não haver praticamente reunião para discussão dos problemas e informação específicas de repasses financeiros, quando acontece, resume-se única e exclusivamente para assinar atas e documentos sem saberem o que estão assinando.

Nessa mesma escola, verificou-se conforme estudo do PPP a ausência do Grêmio Estudantil, órgão representativo de suma importância para efetivação de uma gestão democrática, pois o mesmo pode contribuir para o processo de democratização das decisões. A sua instituição e o seu funcionamento são definidos na legislação federal específica (Lei 7.398, de 04/11/1985, e Lei 8.069, de 13/07/1990). A primeira (a Lei do Grêmio Livre) dispõe sobre a organização de entidades representativas de estudantes da educação básica e a segunda (Estatuto da Criança e do Adolescente) dispõe no seu artigo 53, inciso IV, sobre a garantia do direito de estudantes se organizarem e participarem de entidades estudantis.

Da mesma forma que acontece em relação aos Conselhos Escolares, O Estado produz peças legais por cujo intermédio regula a instituição e o funcionamento dos Grêmios sob o argumento de preservação de sua autonomia, interferindo nesta. A partir desta Lei, a constituição e a instalação do Grêmio Estudantil passaram a depender da iniciativa dos alunos, não cabendo, portanto, à direção ou aos professores fazê-lo. O papel dos educadores é mais o de estimuladores e interlocutores.

CAPITULO III

ANALISE DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

O mundo e em particular a sociedade brasileira vive profundas e reais transformações que não podem ser ignoradas por nenhuma instituição democrática. Cresce no país a percepção da importância da educação como instrumento necessário para enfrentar situações de preconceitos e discriminação e garantir oportunidades efetivas de participação de todos nos diferentes espaços sociais. A escola brasileira vem sendo chamada a contribuir de maneira mais eficaz no enfrentamento do que impede ou dificulta a participação social e política e que, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução de lógicas perversas de opressão e incremento das desigualdades.

Não por acaso, em nossas escolas, temos assistido ao crescente interesse em favor de ações mais abrangentes no enfrentamento da violência, do preconceito e de discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Cada vez mais a homofobia é percebida como um grave problema social, e a escola é considerada um espaço decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Assim, para entendermos essa engrenagem a presente pesquisa buscou estudar categorias relacionadas à identidade e diferença, bem como promover o questionamento acerca dos comportamentos sexuais considerados “diferentes”, sob uma perspectiva multicultural. Tomando como estudo de caso a prática homofóbica no ambiente escolar, a fim de estudar uma ação política concreta desenvolvida no sentido de desafio ao preconceito sexual e dele extrair possibilidades e desdobramentos para políticas pedagógicas futuras.

Na primeira parte foi discutido o referencial teórico da pesquisa, mostrando que identidade e diferença estão articulados à medida que envolve a diversidade e complexão das etapas pelas quais a cultura as constrói e compreende, pois sabemos que a sexualidade, compreendida de modo mais amplo, contém expressivo significado cultural, e não é simplesmente reduzida a um ato, uma anatomia ou uma função biológica de caráter reprodutivo. A sexualidade não se ajusta a um modelo unívoco de viver determinada identidade. Ela é fundamentalmente plural.

Portanto, pesquisar sobre sexualidade e gênero numa perspectiva da identidade e da diferença, independentemente da atribuição, é também construir conhecimento com significativa inserção social e política.

Com efeito, nesse sentido a sexualidade nos remete à nossa origem e, conseqüentemente, à origem do próprio conhecimento, da curiosidade e da disposição para aprender. Sexualidade tem a ver com identidade e com as infinitas maneiras de ser homem ou de ser mulher na sociedade e na cultura e com o caminho pessoal da construção de cada um. As relações de gênero que a partir daí se estabelecem são outra questão central relacionada à sexualidade humana. O corpo, suas sensações, desejos, sentimentos, a saúde e as doenças, o prazer e a reprodução são partes fundamentais dessa história.

Pensando assim, o cada vez mais frequente e difuso emprego do conceito de homofobia por parte de variados setores sexuais sugere existir uma crescente sensibilidade e disposição para se lidar mais criticamente com representações e práticas sociais de teor homofóbico. Faz crer também uma maior conscientização acerca do papel das instituições, entre elas, a escola, na reprodução e na problematização de preconceitos, discriminações e violências sexistas, misóginas e homofóbicas. Ao mesmo tempo, isso ainda nos leva a refletir sobre as potencialidades e os limites de diferentes abordagens diante de um fenômeno em torno do qual gravita uma notável disparidade de percepções, entendimentos, juízos e interesses.

Por isso, no decorrer desse processo, parecem ser extremamente relevantes as tensões entre diferentes concepções de “educação”, “diversidade”, “diferença”, “identidade”, “Estado”, “democracia”, entre outras.

Não de outra forma, mas diante de um cenário marcado por inúmeras tensões, disputas, e possibilidades, parece indispensável atentarmos para os limites de determinadas políticas multiculturalistas que, embora aparentemente generosas quanto ao “respeito à diferença”, não se mostram dispostas a favorecer um reconhecimento da diversidade que possa colocar em risco normas, valores e hierarquias estabelecidas e promover distribuição de recursos.

Foi na Escola Teonas, onde essa pesquisa se realizou, que pudemos constatar, inclusive através de relações dispareces que por meio do envolvimento do mundo da educação e do questionamento permanente de seus valores, práticas e correlações de forças, talvez possamos, entre outras coisas, construir uma cultura de reconhecimento radical, ético, emancipatório e insurgente da pluralidade e da multiplicidade das manifestações humanas, das quais a diversidade sexual é autêntica expressão.

No segundo momento da pesquisa a preocupação foi estudar e analisar a identidade institucional da escola, como esta se apresenta com relação as normas de organização estabelecidas pelos institutos jurídicos pertinentes.

Nessa perspectiva é importante ressaltar que o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola em análise e estudo não atende a necessidade e realidade total da escola, uma vez, este documento está voltado para a modalidade do Ensino Médio Inovador, deixando á margem do processo as demais modalidades de ensino ali existente.

Sendo assim, o PPP estudado não constitui-se, portanto, como resultado de trabalho coletivo de planejamento e, ao mesmo tempo, expressão de uma concepção de educação e de escola que também deve servir de base para a sua construção, pois este deve ser entendido como uma leitura da realidade e embasado em alguns valores e em uma concepção de educação; sobre os processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos na escola.

Com relação ao Instituto do Conselho Escolar é de fato sua existência, porém, de certa forma sua omissão nas discussões e planejamento das atividades financeiras e pedagógicas no ambiente escolar é um fato lamentável não só por tratar-se de órgão primeiramente consultivo, mas porque não dizer, exclusivamente deliberativo, exigir legalmente sua atuação constante, efetiva, responsável e comprometida.

Sendo assim são necessárias precauções, pois não é composição em si que define o caráter democrático das deliberações, mas sim o processo por meio do qual as decisões são tomadas. Isso porque, apesar de ter essa constituição, o Conselho Escolar pode ser manipulado (prática normal na escola), transformando-se, dessa forma, num instrumento de legitimação de decisões autoritárias por parte do indivíduo ou do grupo que detém o poder decisório, tomando as decisões em função de seus interesses, contrariando as razões de instalação do Conselho e o caráter público que ele deve assumir.

Quanto ao Grémio Estudantil, apesar de seu relevante papel político e a sua contribuição para a democratização da escola nem sempre acontece, no caso da Escola Teonas sequer foi instituído, deixando de desempenhar papel central no desenvolvimento de um protagonismo juvenil de natureza crítica. Com sua inexistência e não funcionamento regular, fica prejudicada a concretização do projeto pedagógico da escola, assim como também o fortalecimento da consolidação da cultura democrática de diálogo e de participação ampla. Logo, a participação dos estudantes da escola não é política.

Com relação a composição do seu quadro de funcionários a mesma funciona de forma precária, uma vez, da direção aos auxiliares todos são contratados como prestadores de serviços, sendo, alguns, pró-tempore, não possuindo, portanto, nenhum vínculo jurídico com o Estado, o que prejudica sensivelmente a continuidade do trabalho administrativo e pedagógico, ou seja, a escola é vulnerável, está sempre sofrendo intervenção da politicagem local que ver nessa prática uma forma de se promover politicamente.

Quando analisado o quadro de professores foi observado que aproximadamente 99% (noventa e nove por cento) dos mesmos são concursados, portanto, fazem parte do quadro efetivo do Estado, com cursos específicos em suas respectivas áreas de ensino, com pós-graduação e um número significativo de mestres e mestrandos.

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988 prescreveu e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 regulamentou a gestão democrática como um dos princípios fundamentais da educação, ao lado de outros seis princípios, a saber: igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade e valorização dos profissionais da educação.

Porém, vale ressaltar, conforme os documentos estudados e observações realizadas durante o estudo realizado no campo do ambiente escolar, verificou-se que na prática a predita escola não é tão democrática conforme o discurso imperante e o contido nos documentos, deixando muito a desejar, predominando até certo ponto o silêncio e o medo.

Contudo, fica claro e sabemos que a efetiva realização da gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas não depende somente da legislação, ainda que esta seja uma dimensão fundamental. A gestão democrática é processo de construção social que requer a participação de diretores, pais, professores, alunos, funcionários e entidades representativas da comunidade local como parte do aprendizado coletivo de princípios de convivência democrática, de tomada de decisões e de sua implementação. Processo esse que reconhece a escola como espaço de contradições, diferenças e encontros, o qual valoriza a cultura e a dinâmica social vividas na escola, buscando articulá-las com relações sociais mais amplas.

A pesquisa é convidativa e, porque não dizer provocativa, porém, fica a lição, ou seja, a escola nunca foi nem será neutra, ela é muito competente na reprodução de discursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de monografia teve como objetivo discutir categorias relacionadas à identidade e diferença, bem como, promover o questionamento acerca da homofobia no ambiente escolar, sob a perspectiva multicultural.

Neste sentido desenvolvemos um trabalho de pesquisa/observação no nível do ensino médio da Escola Estadual Teonas da Cunha Cavalcanti em Juripiranga/PB, no turno da noite, a fim de analisar e se possível promover uma ação política concreta no sentido de desafiar o preconceito sexual e dele extrair possibilidades e desdobramentos para políticas educacionais futuras.

Sabemos que as sociedades atuais são pluralistas e nelas existem uma grande diversidade. Portanto, os sistemas educacionais não podem ignorar a identidade das minorias, nem tão pouco tratar como invisíveis os diferentes.

O fato de a escola ter se mostrado aberta à discussão, tanto na realização final da oficina na disciplina de Línguas Estrangeiras quanto nas estratégias do Plano Político Pedagógico (PPP), mostrou grande sensibilidade ao multiculturalismo, o que certamente auxiliou no sucesso da ação em pauta.

Durante a pesquisa foram destacados momentos considerados emblemáticos, além dos seus efeitos sobre as próprias identidades dissentes no processo. Algumas vezes observamos a necessidade de se pensar um cotidiano alternativo, que valorize a pluralidade cultural e contribua para a formação da cidadania multicultural, passa também pela formação do docente, que lida com essa diversidade e que, muitas vezes, não sabe como reagir diante de situações reais de preconceito no seu ambiente de atuação.

Lidar com a diversidade cultural é um desafio não só para a escola, mas também um compromisso político e social. Acreditamos que a educação, como um todo, deve vir acompanhada de uma ação política renovadora e promotora da boa convivência e paz entre humanos.

Entendemos, pois, que não é possível esgotar o assunto, contudo, é possível levantar questões e reflexões que remetem à importância de levarmos em conta o multiculturalismo na formação das identidades dos sujeitos que atuam tanto no cenário escolar como na esfera pública. Pensamos, ainda, que futuros trabalhos poderiam ser desenvolvidos em outras escolas, acompanhando ações comprometidas no desafio a outros tipos de preconceitos.

Portanto, o presente estudo visou contribuir neste debate, objetivando ir além da discussão teórica e abordando tentativas de tradução do multiculturalismo para a prática, por intermédio de ações no ensino médio, mas também na análise de uma iniciativa de institucionalização pública de espaço para a discussão do tema homofobia no ambiente escolar.

O estudo mostrou que é necessário entender o multiculturalismo a nível tanto de identidades individuais como também institucionais, no seio de lutas políticas e de espaços coletivos institucionalizados.

Espera-se que este seja um ponto de partida para outros debates necessários neste momento rico e fértil de discussões, em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. tradução de Fernando Tomaz. 15ª ed. Bertrand – Rio de Janeiro: 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL, **A Constituição e o Supremo**. 4ª ed. Brasília. Livraria CDJU, 2011.

CAETANO, Marcio. **A escola diante da diversidade**. Jonas Alves da Silva Junior; organizadora Mary Rangel. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2010.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5ª. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAIA, Antonio C. **Analítica do Poder**. In: FOUCAULT UM PENSAMENTO DESCONCERTANTE. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3ª ed. São Paulo. Editora Malheiros, 2013.

NETO, Francisco Bruno. **Constituição Federal**: academicamente explicada. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ESCOLA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Teonas da Cunha Cavalcanti. Juripiranga/PB. 2013.

ESCOLA. **Regimento Interno**. Escola Estadual Teonas da Cunha Cavalcanti. Juripiranga/PB. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.